

OBSERVAÇÕES AO TEXTO “A GUERRA CIVIL NA FRANÇA: MARX ANTIESTATISTA?” DE FELIPE CORRÊA

Lucas Maia *

Introdução

A obra de Marx é preta de inúmeras interpretações. Se há um pensador que durante o século XX recebeu muita tinta das mais variadas cores, este é, sem dúvida, Karl Marx. Devido à profundidade e erudição de suas obras, mas sobretudo devido seu explícito engajamento político e a influência que exerceu e ainda exerce em diversas áreas do conhecimento, há inúmeras leituras, às vezes antagônicas, de seu pensamento.

A determinação fundamental para o processo interpretativo é a perspectiva de classe. Não há nenhuma produção científica/teórica que seja neutra. Também o processo de leitura e de interpretação não é destituído de interesses, expressando os valores, as concepções e mentalidade de quem interpreta. A produção teórica de Marx é expressão clara disto. Todo o material teórico-político por ele elaborado tem em vista uma perspectiva. Esta perspectiva de classe expressa por Marx é a do proletariado²⁰. Isto quer dizer que ele analisa as ideias e os processos sociais tomando “partido”, ou seja, partindo do ponto de vista dos interesses históricos, revolucionários da classe operária. Também a interpretação do texto está permeada por isto. Um indivíduo que parta do ponto de vista capitalista chegará a conclusões diferentes de um que parta da perspectiva proletária (MAIA, 2012).

Contudo, para além desta determinação fundamental, existem outras, que explicam, por exemplo, como dentro de uma mesma perspectiva de classe, pode-se ler de modo diferente uma determinada obra. As concepções políticas e teóricas do analista, a complexidade da obra, a formação intelectual do analista etc. são todos elementos que

* Militante do Movimento Autogestionário. Autor dos livros *Comunismo de Conselhos e Autogestão Social, As Classes Sociais em O Capital, Nem Partidos, Nem Sindicatos: a Reemergência das Lutas Autônomas no Brasil* etc. Professor do Instituto Federal de Goiás/Campus Aparecida de Goiânia.

²⁰ Para uma discussão sobre o conceito de perspectiva de classe, cf. Lukács (2003) e Viana (2007).

estão diretamente vinculados ao processo de interpretação e análise de uma dada obra ou autor em sua totalidade.

É tendo em vista este espectro de elementos que avaliamos o texto de Felipe Corrêa: *A Guerra Civil na França: Marx Antiestatista?*. O autor visa em seu artigo apresentar mais uma interpretação ao texto de Marx. A obra escolhida por ele é *A Guerra Civil na França*. Este livro é uma recolha dos comunicados redigidos por Marx que a Associação Internacional dos Trabalhadores publicou a respeito da Guerra Franco-Prussiana, que culminou com o evento histórico da Comuna de Paris de 1871. O livro de Marx se constitui de três comunicados, sendo o terceiro o que tem maior importância para nossa discussão, pois é o texto no qual Marx discute a Comuna de Paris e é, por isto, o analisado por Felipe Corrêa. É neste comunicado que Marx analisa a experiência do proletariado revolucionário de Paris, debatendo as condições históricas que conduziram àquela revolução, as características sociais novas que a Comuna trouxe, bem como o banho de sangue que o governo francês promoveu, assassinando milhares de trabalhadores em poucas semanas de repressão, dando fim à primeira experiência revolucionária, autônoma e independente da classe operária.

Qual é, pois, a análise desenvolvida por Corrêa acerca do texto de Marx?

A construção do problema

Não se pode acusar o autor do texto de desconhecimento da obra de Marx e do marxismo subsequente. A querela marxismo versus anarquismo ao longo da história das lutas sociais do século XX é recheada de confusões. Não é o caso aqui de retomar os pontos de discórdia, bem como os inúmeros erros de interpretação de um e outro lado. Geralmente, quando os anarquistas atacam as teses marxistas, tem em mente o bolchevismo e a socialdemocracia. Analisam o texto de Marx tendo por lente interpretativa as proposições destas duas correntes. Um exemplo disto é o livrinho *Os Anarquistas Julgam Marx* (COELHO, 1986). Poderia estender a lista, mas não é este o tema que nos ocupa agora.

Felipe Corrêa não reproduz os erros comuns de interpretação. Demonstra um conhecimento seguro do pensamento de Marx. O tema de que se ocupa no artigo é o

“estatismo” de Marx. Define estatismo como sendo: “(...) a sustentação teórico-estratégica da necessidade de conquista do Estado para o estabelecimento de uma sociedade comunista, em que o capitalismo e as classes sociais não mais existiriam” (CORRÊA, 2013, p. 215). O que ele está definindo por estatismo está muito bem delimitado. Trata-se do processo de conquista do poder estatal durante o processo revolucionário. Seria estatista, então, toda estratégia política que tenha como horizonte a conquista da instituição estatal, seja pela via eleitoral ou golpe de estado.

Como bem lembra Corrêa, a análise de Marx acerca da instituição estatal é por demais crítica. Felipe Corrêa cita alguns textos de Marx nos quais tais críticas são efetivamente levadas a cabo pelo autor de *O Capital*. Desde os escritos da juventude de Marx, como *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, até os escritos mais desenvolvidos como *O Manifesto Comunista*, *A Ideologia Alemã* e também *O Capital* são citados por Felipe Corrêa como análises críticas da instituição estatal. O que ele quer demonstrar com isto é que Marx não defendia, em hipótese alguma, o atual estado moderno, o atual estado capitalista.

Embora neste ponto ele não aprofunde muito, lembra-nos também que para Marx o comunismo significa uma sociedade sem classes e sem estado. Não é da pena de Marx que surge a tese de que exista um estado socialista ou comunista. Para Marx, portanto, o estabelecimento da sociedade comunista significa a abolição da divisão social do trabalho, portanto, da divisão entre economia e política, entre sociedade civil e estado, por que tanto o estado quanto a sociedade civil são abolidas. A nova sociedade, o comunismo, significa, deste modo, a inexistência da política como atividade humana específica, fruto da divisão social do trabalho.

Assim, conclui Corrêa, que no pensamento de Karl Marx, há a compreensão de que o estado capitalista serve aos interesses da classe burguesa e, portanto, deve ser combatido e que com a derrocada do modo capitalista de produção, com a emergência de uma nova sociedade, o estado não mais terá lugar.

Também traz para discussão três correntes do marxismo subsequente a Marx: o bolchevismo, a socialdemocracia e o comunismo de conselhos. Sem entrar em detalhes

acerca destas correntes²¹, acerta ao dizer que as duas primeiras defendiam a conquista do poder estatal pelo proletariado a fim de efetivar a revolução (estratégia estatista, segundo expressão de Corrêa), enquanto a terceira defendia a generalização dos conselhos operários e a destruição imediata do estado já durante o processo revolucionário (tese antiestatista).

É sabido que no *Manifesto Comunista* escrito por Marx e Engels em fins de 1847 e publicado em 1848, na Seção II, a Liga dos Comunistas recomenda à classe operária que tomasse em suas mãos algumas funções do estado e o colocasse para funcionar segundo seus interesses. Segundo a definição apresentada por Corrêa, esta é uma estratégia estatista.

O problema, para ele, não está em reconhecer isto, fato que qualquer iniciante ao estudo do marxismo compreende rapidamente. O problema para ele está que alguns autores defendem que depois da experiência da Comuna de Paris de 1871, Marx teria mudado de opinião, e teria deixado de ser estatista. Depois da Comuna de Paris, Marx realmente reviu seus pontos de vista com relação ao que havia afirmado juntamente com Engels quando da publicação do *Manifesto Comunista*? Um conjunto de autores citados por Corrêa defende tal tese: Alain Guillerme & Yvon Bourdet com seu livro *Autogestão: uma mudança radical*; Nildo Viana e seu artigo sobre *Karl Marx e a essência autogestionária da Comuna*; Daniel Guérin e seu *Por um marxismo libertário*. Também o reconhecido biógrafo de Marx, Franz Mehring, afirma a mesma coisa. Poderíamos estender aqui a lista de autores que comentam a obra de Marx que também defendem esta mesma tese, contudo, ficaremos somente nos indicados por Felipe Corrêa.

Diante dos elementos colocados, o que Corrêa indaga é: “Qual é o lugar que o Estado ocupa na teoria da revolução e na estratégia política marxiana? Possui a conquista do Estado presença incontornável nesse esquema teórico-estratégico?” (CORRÊA, 2013, p. 215). Após reconhecer que há diferenças de respostas na socialdemocracia, no bolchevismo e nos autores que compuseram o comunismo de conselhos; depois de certificar-se que no *Manifesto Comunista* Marx defendia uma estratégia “estatista” e de lembrar que vários autores afirmam que após a Comuna de Paris, Marx muda de posição,

²¹ Para tanto, cf. (MAIA, 2010) entre outros.

ele se debruça a estudar o texto *A Guerra Civil na França* de Karl Marx, documento no qual o autor alemão faz afirmações contrárias ao que tinha feito até então no *Manifesto Comunista*.

Constata em algumas citações de *A Guerra Civil na França* nas quais Marx afirma textualmente que a classe operária não deve ter como norte político de ação a conquista do poder de estado; analisa o prefácio de 1872 do *Manifesto Comunista*, no qual Marx e Engels dizem textualmente que a Seção II do Manifesto está ultrapassada depois dos acontecimentos da Comuna e que deve ser revisto; cita uma carta de Marx a Kugelmann na qual Marx diz que a revolução consiste na destruição do poder de estado. Após tais constatações, nosso anarquista indaga a respeito da obra *A Guerra Civil na França*: “Essa obra possui elementos político-doutrinários capazes de subsidiar uma teoria da revolução e uma estratégia política? Em caso positivo, possuiriam esses elementos uma base antiestatista?” (CORRÊA, 2013, p. 218).

A análise

A resposta positiva a estas questões dizem se Marx, a partir do texto *A Guerra Civil na França*, deixa de ser estatista e passa a ser antiestatista, para utilizar aqui os termos de Felipe Corrêa. Em caso de uma resposta negativa, há que se reconhecer que todos os autores que querem encontrar em Marx pós-Comuna de Paris, um pensador que defendia o fim do estado desde o principio da revolução, enganaram-se redondamente.

Após citar a famosa frase de *A Guerra Civil na França*: “Mas a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins” (MARX, s/d, p. 78), apresenta a seguinte tese:

Entretanto, esse trecho de Marx é recorrentemente citado para embasar a afirmação que ele teria modificado os fundamentos de sua compreensão do Estado e, respectivamente, de sua teoria da revolução e sua estratégia política. Deve-se apontar que esse trecho pode ser interpretado de duas maneiras diferentes: Marx refere-se à compreensão do Estado dos *communards*; Marx refere-se à sua própria compreensão do Estado (CORRÊA, 2013, p. 221).

Embora ele não diga por que este trecho deva ser interpretado destas duas maneiras, trata-se de um interessante estratagema. Marx realmente defende o que disse ou simplesmente descreve um processo histórico? Após retomar a concepção de Marx no

Manifesto e em *A Ideologia Alemã*, na qual se expressa que o estado capitalista é um despotismo de classe, temos o acréscimo de uma nova conclusão, por conta do movimento real da classe operária em luta na Comuna de Paris. Independente disso, o estado aqui continua a ser um instrumento despótico da classe burguesa. Assim, caso Marx tivesse defendido tal concepção, teria assumido as concepções do anarquismo.

Contudo,

Parece um exagero, entretanto, considerar que Marx, com base nesse trecho dúbio, tenha aderido às posições anarquistas ou mesmo realizado uma mudança radical em sua compreensão do Estado. Não se pode distinguir, com segurança, se nesse trecho Marx afirma a posição histórica dos *communards* ou a sua própria (CORRÊA, 2013, p. 222).

Não sei por que razão afirma que o texto de Marx citado mais acima seja um “trecho dúbio”, pois é muito cristalino. A proposição de Marx é direta: a classe operária não pode limitar-se a se apossar da máquina estatal e colocá-la pra funcionar de acordo com seus próprios interesses. Não há dubiedade em tal afirmação. Contudo, Corrêa já começa a apresentar as conclusões a que sempre quis chegar desde o início do texto.

Mas afinal, Marx realmente defende o que afirmou em *A Guerra Civil na França* ou ele simplesmente descreveu o que se passava diante de seus olhos? Sigamos ainda no texto de Felipe Corrêa.

Peço licença para fazer uma extensa citação, mas é melhor que o próprio Felipe Corrêa expresse aqui suas posições do que eu resumi-las ao leitor:

O mesmo problema aparece em outros trechos, que também permitem interpretações distintas. Quando Marx (...) afirma que “a Comuna de Paris havia obviamente de servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França”, que o “velho governo centralizado teria de dar lugar (...) ao autogoverno dos produtores”, e que “estabeleceu-se claramente que a Comuna havia de ser a forma política”, ele parece, inclusive pelos termos originais em inglês, estar relatando a história da Comuna e a influência que ela tinha ou poderia ter entre outros trabalhadores. Também *não parece evidente* que Marx esteja aqui recomendando aos trabalhadores franceses e de outras localidades a estratégia de transformação revolucionária adotada pelos *communards*. Isso também *parece estar evidente* em dois outros trechos, em que Marx (...) enfatiza que a Comuna foi “essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, forma política finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho” e que ela “havia, pois, de servir como uma alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais assenta a existência de classes e, por conseguinte, a dominação de

classe”, especialmente se levados em conta os termos originais em inglês (CORRÊA, 2013, p. 222/223) (grifos meus).

O que está verdadeiramente em discussão, portanto, é se as afirmações de Marx são realmente expressão de suas concepções políticas ou se correspondem a uma mera descrição dos eventos e das práticas efetivadas na Comuna. O que a análise de Corrêa indica é que, na verdade, Marx estava mais era descrevendo e analisando a Comuna do que propriamente expressando seus pontos de vista políticos.

Como provar isto? Fácil. Felipe Corrêa analisa o texto no original em inglês e chega a interessantes conclusões.

Vejamos a primeira citação: “a Comuna de Paris havia obviamente de servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França”. Em inglês: “The Paris Commune was, of course, to serve as a model to all the great industrial centers of France”. Se Marx realmente tivesse recomendando o modelo da Comuna de Paris para outros lugares, ao invés de usar “to serve as a model”, tinha que ter usado “has to serve as a model”, “should serve as a model”, “must serve as a model” etc. Ou seja, ao invés de Marx dizer que a comuna “havia obviamente de servir como modelo”, ele deveria ter dito que a comuna “tem/deve servir como modelo”. Realmente, esta foi uma falha imperdoável de Karl Marx.

Mas continuemos, um por um, os grandes problemas linguísticos de Marx na redação de *A Guerra Civil na França*. No trecho seguinte, Marx afirma: o “velho governo centralizado teria de dar lugar (...) ao autogoverno dos produtores. Em Inglês: “The old centralized government would in the provinces, too, have to give way to the self-government of the producers” (grifos no original). Ao invés de Marx ter utilizado “would”, deveria ter utilizado “should” e em vez de ter dito “have to give way”, deveria ter utilizado “should give way” ou “must give way”. A razão óbvia de Marx ter utilizado esta ou aquela palavra, Corrêa não o demonstra, mas afirma que a partir disto é possível perceber que Marx não prescrevia a Comuna de Paris como uma forma de governo para outros lugares; restringia-se, isto sim, a descrever um fenômeno histórico concreto, que ocorria na cidade de Paris. Onde está a radical diferença entre uma e outra expressão, efetivamente ainda não está demonstrado.

Continuando ainda a análise, Marx afirma: “estabeleceu-se claramente que a Comuna havia de ser a forma política (...)”. Em inglês: “It states clearly that the Commune was to be the political form” (grifos no original). Segundo Corrêa, para Marx prescrever a Comuna como estratégia política para o proletariado em geral, ao invés de afirmar “was to be”, deveria ter dito “has to be”, “should be” ou “must be”. Ou seja, numa tradução livre, no texto original Marx afirma que a Comuna “era para ser”, “seria” etc. a forma política “inclusive das menores aldeias” (MARX, s/d, p. 81). Contudo, segundo o argumento de Corrêa, ele deveria ter dito que a Comuna “tem que ser”, “deve ser” a forma política dos grandes centros industriais às menores aldeias.

Em outro trecho, Marx afirma que a Comuna foi: “essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, forma política finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho”. Em inglês: “It was [era, foi] essentially a working class government, the product of the struggle of the producing against the appropriating class, the political form at last discovered under which to work out [com a qual se realiza, sob a qual se executa] the economical emancipation of labor.” Com base nisto, segundo Corrêa, fica claro que aqui Marx não prescreveu a Comuna como forma de luta e organização do proletariado em geral, mas sim o descreveu como um fenômeno histórico. Portanto, é uma análise, não uma proposição política.

Por último, Marx afirma que a Comuna: “havia, pois, de servir como uma alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais assenta a existência de classes e, por conseguinte, a dominação de classe”. Em inglês: “The Commune was therefore to serve [havia de servir, era para servir] as a lever for uprooting the economical foundation upon which rests the existence of classes, and therefore of class rule”. Aqui, explicitamente Corrêa diz:

Novamente, se quisesse claramente recomendar esse modelo, Marx teria se expressado de maneira distinta. No primeiro caso [parágrafo anterior], parece evidente que se trata de uma análise do que foi a Comuna e não há evidências de qualquer recomendação de seu modelo aos trabalhadores daquele ou de outros contextos. No segundo caso [este parágrafo], “was to serve” definitivamente não tem o sentido colocado de “has”, “should” ou “must” (CORRÊA, 2013, p. 223) (colchete adicionado).

Ou seja, ao invés de Marx dizer que “haveria de servir”, que “era para servir” etc. para recomendar a Comuna como forma de luta do proletariado, ele tinha que ter dito que a forma comunal “tem” que servir, “deve” servir etc.

Para rematar esta profunda análise “linguística” de *A Guerra Civil na França*, ele compara estas afirmações de Marx com uma passagem do *Manifesto Comunista*, na qual Marx e Engels afirmam que “o proletariado deve primeiramente conquistar o domínio político e erigir-se em classe nacional” (MARX e ENGELS *apud* CORRÊA, 2013, p. 223). O destaque aqui é para o verbo “deve” (“should”). Aqui Marx foi prescritivo e nos textos analisados anteriormente ele foi analítico.

Eis a quintessência, todo o requinte analítico de Felipe Corrêa. Que conclusão se pode chegar após tão lúcida análise?

A conclusão

Lembrando que a pergunta inicial que suscitou todo o debate era se Marx era ou não estatista no texto *A Guerra Civil na França*. Toda uma tradição de autores e o próprio Marx disseram que suas teses do *Manifesto* deveriam ser revistas. Mas aqui Corrêa faz uma interessante descoberta, que nem o próprio Marx sabia que dizia tal coisa, já que em inúmeros momentos ele afirmou que suas posições foram revistas após a Comuna. Assim, a descoberta de Corrêa é realmente surpreendente.

A conclusão dele é:

Compreende-se, pelos elementos analisados, *não haver bases seguras* para afirmar que *A Guerra Civil na França* possua elementos político-doutrinários capazes de subsidiar uma teoria da revolução e uma estratégia política. Sem dúvidas, esse texto possui como foco a análise conjuntural da França daquele momento e o relato histórico da experiência da Comuna de Paris. Também não há dúvidas que Marx o fez tomando partido claro de um dos lados nesse episódio da luta de classes: o dos trabalhadores parisienses insurretos. E não podia ser de outra forma, visto que as mensagens eram assinadas pelo Conselho Geral da Internacional. Ainda assim, *não se considera ser possível* transformar, automaticamente, a análise de Marx acerca daquilo que foi o fenômeno da Comuna de Paris, naquilo que deveria ser uma teoria da revolução ou uma estratégia política recomendada para o movimento internacional dos trabalhadores. Desde um ponto de vista lógico, incorrer nesse procedimento seria o mesmo que considerar fascista um historiador do fascismo; um equívoco metodológico no mínimo grosseiro (CORRÊA, 2013, p. 223) (grifos meus).

Obviamente, um erro grosseiro!

E finaliza dizendo que o texto a *Guerra Civil na França* é tão-somente um escrito histórico, no qual Marx simplesmente analisa o evento da Comuna de Paris. Voilà! Está demonstrado que em *A Guerra Civil na França*, mesmo Marx dizendo que o proletariado não deve se apropriar do poder de estado, Marx continua sendo um estatista, pois *A Guerra Civil na França* é somente um texto histórico, analítico, e não uma prescrição “político-doutrinária”²².

Para complementar sua conclusão, cita uma resolução redigida por Marx, um ano após a Comuna, para o Congresso da AIT, na qual Marx defende a “unificação do proletariado em partido político” e a conquista do “poder político” pela classe operária. Ou seja, passado apenas um ano do evento da Comuna, Marx retoma sua velha tese estatista, a qual, segundo se conclui do texto de Corrêa, ele nunca abandonou. O antiestatismo presente no texto *A Guerra Civil na França* é unicamente expressão do antiestatismo da Comuna de Paris e não do que Marx realmente defendia como luta política do proletariado.

Retórica e política

Como afirmamos no início, o processo de interpretação de uma obra é perpassado por inúmeros elementos. Não só a produção da obra é determinada por interesses, valores e concepções políticas, mas também o processo interpretativo. A determinação fundamental que está subjacente a qualquer análise de uma determinada obra é a perspectiva de classe do analista. Contudo, esta não é a única determinação.

²² Tal proposição de Felipe Corrêa corrobora uma discussão que vem sendo realizada dentro do anarquismo, a de separar “ideologia” (anarquismo) de “ciência” (CORRÊA, 2011). A ideologia anarquista, ou seja, um conjunto de conceitos, práticas e valores, embora se utilize da ciência, não é a ciência propriamente dita, pois em seu escopo encontram-se proposições que não são passíveis de serem provadas cientificamente (como, por exemplo, a proposição do socialismo, da revolução etc.). Tal separação permite a ele concluir, por exemplo, que é possível a Marx fazer um bom trabalho de história da Comuna (ciência), sem prescrever sua análise como um documento “político-doutrinário” (ideologia). Neste sentido, o texto de Marx seria científico e não ideológico (ideologia no sentido anarquista). Do ponto de vista de Marx em particular e do marxismo em geral, tal distinção não tem lugar. A produção da consciência (teoria, ideologia, representações cotidianas) não pode ser separada da divisão social do trabalho, dos interesses de classe, das posições políticas, concepções, valores etc. de quem elabora a forma de consciência. Como Marx e Engels disseram em a *Ideologia Alemã*: “A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo da vida real” (MARX & ENGELS, s/d, p. 25).

Mais elementos complexificam o processo. Já indicamos que a complexidade da obra, os valores, concepções, formação intelectual do analista compõem o conjunto de determinações envolvidas no processo analítico.

Ao analisar o texto de Marx, Felipe Corrêa aplica três procedimentos: 1) divide Marx em dois, um que é analista e historiador da Comuna e outro que é o pensador-militante da I Internacional; 2) considera na análise o que Marx deveria ter dito em detrimento do que ele disse; 3) isola momentos do texto em detrimento da totalidade do texto analisado e em detrimento das colocações posteriores do próprio Marx.

O objetivo do autor é investigar se existem no texto de Marx elementos “político-doutrinários”, ou seja, prescrições, assertivas que subsidiem uma “teoria da revolução”. A conclusão que ele chega quanto a isto é que, de fato, tal teoria não está nem esboçada no texto de Marx por ele analisado. Marx restringiu-se unicamente a analisar um evento histórico. Os processos e práticas ocorridos na Comuna descritos por Marx não eram o que ele efetivamente defendia. Assim, conclui-se do texto de Felipe Corrêa: existe um Marx teórico, historiador, analista da Comuna e outro Marx militante da I Internacional.

Marx defende o que escreveu? Esta pergunta surge necessariamente ao término da leitura do texto de Felipe Corrêa. A conclusão de nosso autor é que não, Marx não defende o que escreveu em *A Guerra Civil na França*. A radicalidade do texto é a radicalidade da Comuna. O autor do texto, Marx, continua a ser o velho estatista de sempre, enquanto a Comuna é a experiência antiestatista. Segundo a análise “linguística” de Corrêa, Marx descreveu a Comuna, mas não a prescreveu como estratégia para o proletariado internacional.

O curioso desta conclusão é que não existe uma única palavra sequer de Marx, nem durante, nem depois da Comuna, na qual ele realize críticas ao proletariado parisiense²³. O fato evidente de Marx não apresentar em nenhuma de suas obras

²³ Há, na verdade, duas críticas: 1) Marx faz observação acerca da moderação da Comuna em suas medidas financeiras (isto está em *A Guerra Civil na França*); 2) Marx, em seus esboços (MARX, 1978) à *A Guerra Civil na França* e numa carta de 1871 a Kugelmann, afirma que a Comuna deveria ter marchado sobre Versalhes logo após o 18 de março, quando a Assembleia reunida em Versalhes ainda estava perdida e desarticulada. Assim, se depreende que as observações de Marx sobre a Comuna dizem respeito mais à moderação,

qualquer observação ou crítica à prática antiestatista da Comuna já enfraquece um pouco as certezas de Felipe Corrêa.

Isto, porém, não é tudo. Não existe procedimento mais antimarxista do que o proposto por Felipe Corrêa ²⁴. Marx teria escrito o que não defende, pois teria se restringido a descrever e analisar a experiência da Comuna, se posicionando do lado dos trabalhadores. *A Guerra Civil na França* deve “ser tomada como uma obra histórica de Marx” (CORRÊA, 2013, p. 223) com poucos ou nenhuns elementos “político-doutrinários” dos quais não se pode inferir uma “estratégia revolucionária”. Marx teria assim, se absterido de se posicionar. Limitou-se unicamente a transcrever de um ponto de vista historiográfico tal evento.

O interessante desta conclusão, em primeiro lugar, é que isto precisa ser demonstrado enquanto procedimento metodológico de Marx. Naturalmente tal comprovação é impossível de ser feita, pois é antimarxista e as cirandas linguísticas feitas por Corrêa não dão conta de tal demonstração (veremos isto mais à frente). Do ponto de vista dos textos de Marx, não há tal separação entre o teórico e suas posições políticas. Toda a obra de Marx é no sentido de demonstrar esta afirmação. Por exemplo, em *O Capital*, Marx está criticando a Economia Política e a todo o momento se posicionando politicamente a partir da crítica aos axiomas econômicos. Em *O Capital*, Marx não se restringe a analisar a Economia Política, ele se coloca, se posiciona.

Isto vale para todas as suas obras. Em *a Ideologia Alemã*, por exemplo, ao realizarem, Marx e Engels, a crítica das ideologias dos neo-hegelianos, eles estão se colocando em um determinado campo teórico, político e de classe. A crítica aos ideólogos alemães é simultaneamente sua elaboração de uma teoria do processo histórico, bem como um posicionamento diante das mudanças sociais, nas quais eles se expressam a favor do comunismo e por conta disto se colocam da perspectiva do proletariado.

Ao se analisar todas as obras de Marx, é-se constrangido a chegar-se a tal entendimento. Contudo, a conclusão de Felipe Corrêa é que é interessante. Em *A Guerra*

devido ao contexto histórico e situação política à qual a Comuna estava submetida, uma cidade sitiada, do que às ações radicais que esta efetivamente desenvolveu ao longo de seus dois meses de duração.

²⁴ Digo antimarxista não por que Felipe Corrêa seja marxista, mas por que Marx não pode ser antimarxista.

Civil na França, Marx não teria feito isto. Teria se restringido a analisar a Comuna, mas não se posicionado diante dela. Melhor, teria se omitido de se posicionar, de dizer o que realmente pensa, pois, se a Comuna era antiestatista, Marx era um estatista dos pés à cabeça segundo pensa Felipe Corrêa.

A arapuca que Felipe Corrêa arma consiste no seguinte: 1) Marx é um crítico severo do modo de produção capitalista, vide a obra *O Capital*; 2) Marx não limita críticas ao estado capitalista, confira *A Ideologia Alemã*, *O Manifesto Comunista*, *O Capital* etc.; 3) Marx, em *A Guerra Civil na França* é estatista, mas não o diz. Nos dois primeiros casos, ou seja, ao criticar as relações de produção capitalista e o estado moderno, Marx é um crítico severo e como se pode perceber, posiciona-se claramente e o diz explicitamente. No terceiro caso, dentro da delimitação feita por Felipe Corrêa, Marx omite seu suposto estatismo na defesa da experiência da Comuna.

Os termos que utiliza para denotar que existe algo subjacente ao texto de Marx são: “não parece ser evidente”, “não haver bases seguras”, “parece (...) estar relatando” etc. Este tipo de afirmação, que conduz a dúvidas, incertezas é o procedimento por ele utilizado para confirmar sua hipótese de que Marx não disse o que deveria dizer em seu texto *A Guerra Civil na França*. Mesmo se posicionando do lado dos trabalhadores, Marx omite este aspecto fundamental de seu pensamento, ou seja, seu estatismo.

Só se pode provar que Marx era estatista em *A Guerra Civil na França*, fazendo-se o que Felipe Corrêa fez, ou seja, afirmando que o que Marx efetivamente disse não é o que ele realmente pensa (ele se restringiu a descrever a Comuna, segundo nosso anarquista), pois o que Marx efetivamente defende é o que ele não escreveu (defesa de que o proletariado deve ocupar o estado para efetivar a revolução). Felipe Corrêa faz uma inversão das afirmações de Marx. Primeiro, transforma-o num mero analista da Comuna de Paris. Segundo, utiliza as afirmações de Marx para concluir o contrário do que Marx disse. Essa é a riqueza metodológica dos procedimentos analíticos de Corrêa.

Mas como ele consegue efetivar tamanha proeza? 1) isola frases de *A Guerra Civil na França*; 2) atenta-se para a forma de como Marx fez a afirmação e não para o que está contido na afirmação. Vou citar, na íntegra, todos os pontos por ele questionados e que estão no texto de Corrêa citados de modo fragmentado.

O primeiro ponto por ele questionado, a partir do qual é levantada a dúvida se *A Guerra Civil na França* expressa a opinião de Marx ou se é somente uma descrição da Comuna de Paris é feito a partir da seguinte tese de Marx:

“Os proletários de Paris – dizia o manifesto do Comitê Central de 18 de março – em meio aos fracassos e às traições das classes dominantes, compreenderam que chegou o momento de salvar a situação tomando em suas mãos a direção dos negócios públicos... Compreenderam que é seu dever imperioso e seu direito incontestável tornar-se donos de seus próprios destinos, tomando o Poder”. Mas a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do Estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins (MARX, s/d, p. 78).

Após citar o Manifesto do Comitê Central que afirma que em 18 de março, os proletários de Paris tomaram o “governmental power” (no original em inglês), Marx diz: “But the working class cannot simply lay hold of the ready-made state machinery, and wield it for its own purposes” (MARX, 2015). Se formos ficar nas minúcias das palavras como faz Corrêa, incorreríamos no mesmo problema que ele de isolar um trecho aqui, outro ali e fazer um debate escolástico que não apreende o todo do texto. Contudo, neste trecho, e não é um “trecho dúbio” como afirma Corrêa, está explícito que Marx afirma que a classe operária não deve se limitar a ocupar o poder governamental, não deve colocar a máquina de estado para funcionar segundo seus interesses. Felipe Corrêa diz que tal trecho é dúbio, contudo, ele não diz onde tal dubiedade se apresenta. O texto é direto, é claro, não é dúbio. Este é um comentário de Marx ao *Manifesto* do Comitê Central, é uma opinião/avaliação dele a respeito. Não é, como quer fazer indicar Felipe Corrêa, uma mera análise historiográfica.

O segundo trecho questionado por Corrêa, que embora Marx afirme que o proletariado, na Comuna, constituiu ali um “self-government” (MARX, 2015) ou uma “autoadministración” (MARX, 1978, p. 73) ou um “autogoverno” dos produtores ou um “governo dos produtores pelos próprios produtores” (MARX, s/d, p. 81), este era o posicionamento dos *Comunardos*, posicionamento o qual Marx não compartilhava, pois era estatista. Só antes de citar o trecho de Marx como um todo, o termo “self-government” é de Marx e não dos *Comunardos*.

Como é lógico, a Comuna de Paris *havia de servir* de modelo a todos os grandes centros industriais da França. Uma vez estabelecido em Paris e nos centros secundários o regime comunal, o antigo governo centralizado *teria que ceder lugar* também nas províncias ao governo dos

produtores pelos produtores²⁵. No breve esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, diz-se claramente que a Comuna *devia ser a forma*²⁶ política inclusive das menores aldeias do país e que nos distritos rurais o exército permanente devia ser substituído por uma milícia popular, com um tempo de serviço extraordinariamente curto. *As comunas rurais de cada distrito administrariam seus assuntos coletivos por meio de uma assembleia de delegados na capital do distrito correspondente e essas assembleias, por sua vez, enviariam deputados à delegação nacional em Paris, entendendo-se que todos os delegados seriam comprometidos com um mandato imperativo (instruções de seus eleitores).* As poucas, mas importantes funções que restavam ainda a um governo central não se suprimiriam, como se disse, falseando propositadamente a verdade, mas serão desempenhadas por agentes comunais e, portanto, estritamente responsáveis. *Não se tratava de destruir a unidade da nação, mas, ao contrário, de organizá-la mediante um regime comunal, convertendo-a numa realidade ao destruir o poder estatal, que pretendia ser a encarnação daquela unidade, independente e situado acima da própria nação, em cujo corpo não era mais que uma excrescência parasitária (MARX, s/d, p.82).*

Corrêa, para justificar seus argumentos encerra a citação no trecho: “a Comuna devia ser a forma política (...)”. Parando aí e fazendo as ressalvas verbais, ou seja, ao invés de “to serve as a model”, deveria ser “has serve as a model” etc. Se Marx tivesse escrito da maneira como ele prescreve, aí *A Guerra Civil na França* seria um documento “político-doutrinário” e uma “estratégia da revolução”. Contudo, como não foram estas as palavras utilizadas por Marx, *A Guerra Civil na França* tornou-se somente um documento historiográfico sobre a Comuna, que, estranhamente, nem expressa o ponto de vista do autor que a escreveu.

Mas se continuamos a ler o parágrafo para além de onde Corrêa encerra suas citações, vamos descobrir mais coisas. A Comuna de Paris, como é sabido, não teve tempo de se expandir, pois foi brutalmente reprimida. Como ressalta Lissagaray (1991),

²⁵ “Governo dos produtores pelos produtores” é equivalente a “autogoverno dos produtores”, tradução esta mais adequada para “Self-government” do original em Inglês escrito por Marx.

²⁶ “Havia de servir de modelo”; “teria que servir”; “devia ser a forma” são os termos que segundo Felipe Corrêa, na tradução para o português não correspondem às palavras que Marx utilizou no original em inglês. Esta questão já foi citada anteriormente, mas é bom lembrar aqui para o leitor situar-se melhor dentro dos malabarismos linguísticos de nosso anarquista. Para ele, Marx, em *A Guerra Civil na França*, foi somente um historiador da Comuna, não expressando ali seu pensamento, que é, segundo Corrêa, estatista. Esta conclusão pode ser provada pelo fato de ao invés de Marx ter utilizado “to serve as model” (havia de servir de modelo), teria que ter utilizado “has to serve as a model”, “should serve as a model”, “must serve as a model” etc. Ou seja, o grande problema encontrado por Felipe Corrêa é o verbo utilizado. Esta é toda a riqueza da crítica realizada por ele. Os demais termos já foram esclarecidos anteriormente. Só retomamos aqui a questão para situar o leitor do teor da crítica de Corrêa.

houve algumas tentativas em outros lugares como Lyon, Sant-Etienne, Marselha, Toulon, Creusot, Narbone etc. Contudo, a Comuna foi uma experiência parisiense. Corrêa diz que Marx não recomenda a forma comunal antiestatista como forma de organização e luta do “proletariado internacional”, pois se restringiu a analisar o caso de Paris como um bom historiador. Se observarmos as partes grifadas no texto citado mais acima, vê-se com clareza que este argumento de Corrêa não procede. Marx coloca que o modelo comunal serviria às comunas rurais que mandariam delegados às capitais dos distritos e a partir destas assembleias distritais, seriam enviados delegados para uma Assembleia Nacional em Paris, que substituiria o estado enquanto poder nacional. A Comuna chegou a fazer isto? Não. Marx está aqui a dizer que se a Comuna tivesse tido tempo, ela faria isto, pois isto é a realização do comunismo. Assim, o argumento de Corrêa não se sustenta. Apesar de todo o esforço dele em encontrar elementos formais (linguísticos, semânticos e verbais) para sustentar seu dogma de que Marx é um estatista incorrigível, ele recorre a um método de análise bastante problemático que é selecionar uma determinada parte do texto, deformar seu sentido, desconsiderar outras. Depois de todo recortado e deformado o texto, aí se pode fazer a crítica. Mas como se vê a crítica de Corrêa não se dirige a Marx, mas sim a uma caricatura de Marx desenhada por Corrêa.

Para Marx, pois: “Não se tratava de destruir a unidade da nação, mas, ao contrário, de organizá-la mediante um regime comunal, convertendo-a numa realidade ao destruir o poder estatal”. A Comuna de Paris construiu esta unidade nacional a partir do modelo comunal, destruindo o poder de estado? Não, ela não fez isto. Esta é, portanto, uma proposição de Marx, feita a partir do que os *Comunardos* fizeram em Paris²⁷. Se tivessem tido tempo, esta seria a tendência de generalização do modelo comunal e, portanto, a possibilidade de generalização do comunismo. Isto, por acaso, para utilizar uma expressão de Corrêa, não é um elemento “político-doutrinário” que se conforma em

²⁷ Vejam o que Corrêa diz após citar trechos do parágrafo de *A Guerra Civil na França* citado anteriormente: “Também não parece evidente que Marx esteja aqui recomendando aos trabalhadores franceses e de outras localidades a estratégia de transformação revolucionária adotada pelos *communards*” (CORRÊA, 2013, p. 222). O uso da expressão “não parece evidente” é ilustrativo de sua retórica. Qual foi o procedimento utilizado? 1) cita-se trechos de um parágrafo desconsiderando o todo do texto e do próprio parágrafo; 2) afirma-se que as palavras (verbos) utilizadas por Marx são inadequadas para uma obra “político-doutrinária”; 3) a partir disto, afirma-se que “não parece evidente” que Marx esteja prescrevendo a Comuna como estratégia revolucionária. O final do parágrafo citado anteriormente desmente esta afirmação.

“estratégia política”? Se Corrêa realmente quisesse expressar o ponto de vista de Marx, teria de ir até o fim do parágrafo, mas ele não foi. Como se vê, é insustentável a proposição de Corrêa de que Marx é estatista, pois em *A Guerra Civil na França* ele teria se restringido a historiar a Comuna.

Na página 222 de seu texto, Felipe Corrêa ainda prossegue com as citações do texto de Marx para subsidiar suas conclusões. O trecho que ele cita da obra de Marx é:

Eis o seu verdadeiro segredo: a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho (MARX, s/d, p. 83).

Citando este trecho de Marx, o comentário que ele acrescenta em nota de rodapé é: “parece evidente que se trata de uma análise do que foi a Comuna e não há evidências de qualquer recomendação de seu modelo aos trabalhadores daquele ou de outros contextos” (CORRÊA, 2013, p. 223). Segundo esta tese, para que este trecho em específico de *A Guerra Civil na França* fosse uma obra “político-doutrinária”, Marx deveria ter dito: “A Comuna não é somente a forma política enfim descoberta dos operários franceses, mas sim do proletariado internacional. A comuna não é somente a libertação econômica do proletariado francês, mas deve ser a forma de emancipação econômica de todo trabalhador no mundo”... O formalismo da análise de Corrêa já está por demais evidente.

Contudo, quando Marx diz:

A Comuna era, pois, a verdadeira representação de todos os elementos são da sociedade francesa e, portanto, o *governo nacional autêntico*. Mas, ao mesmo tempo, como *governo operário e campeão intrépido da emancipação do trabalho*, era um *governo internacional no pleno sentido da palavra*. Ante os olhos do exército prussiano, que havia anexado à Alemanha duas províncias francesas, a *Comuna anexou à França os operários do mundo inteiro* (MARX, s/d, p. 87) (grifos meus).

Não estaria Marx aqui dizendo que o “modelo comunal” é a forma de emancipação política da exploração econômica do proletariado internacional?²⁸ É nítido

²⁸ Como é sabido, Marx tinha o hábito de escrever extensos esboços de seus trabalhos para organizar seu pensamento acerca da temática em estudo. Depois dos esboços concluídos, ele passava à redação do texto final. Este é o caso, por exemplo, dos *Grundrisse*, dos *Manuscritos de 1861-1863* etc. que serviram de rascunhos à redação de *O Capital*. Ele fez a mesma coisa com *A Guerra Civil na França*, os esboços por ele produzidos e a recolha de anotações foram posteriormente publicados. Nestes esboços, encontra-se a

que Marx atribui um sentido “universal” à Comuna. O esforço de Corrêa em não enxergar isto e o método de análise que ele emprega, recortando e deformando, tornam possível sua leitura dogmática do texto de Marx. No final das contas, ele leu *A Guerra Civil na França* unicamente para convencer a si mesmo e aos mais incautos que Marx é um autoritário, um centralista, um estatista: a tradicional deformação anarquista do marxismo.

E continua, com seu método da tesoura, na citação seguinte, na qual ele novamente recorta trechos de acordo com seus interesses. Contudo, seu argumento é outra vez desmentido pelo próprio Marx:

Sem essa última condição [Marx refere-se aqui ao fim da exploração do trabalho], o regime comunal teria sido uma impossibilidade e uma impostura. *A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social.* A Comuna devia servir²⁹ de alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apoia a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. *Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe* (MARX, s/d, p. 83/84) (grifos meus).

A parte que Corrêa cita é: “A Comuna devia servir de alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apoia a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe”. No trecho anterior, quando Marx afirma: “A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social”, está explícita uma generalização. Ele refere-se ao fato de a Comuna ser a forma encontrada pelo proletariado de eliminação da exploração. O uso da palavra “produtores” e não operários parisienses denota este caráter de universalização que ele vê na Comuna. Isto fica ainda mais evidente, no trecho seguinte, também não citado por Corrêa de que: “Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe”. Todo homem,

seguinte tese de Marx sobre a Comuna: “Con todas las grandes ciudades organizadas en Comunas según el modelo de Paris, ningún gobierno podría reprimir el movimiento mediante los golpes de una inesperada reaccion (...) *Toda a Francia se habría organizado en comunas que se habrían administrado por si mismas (...)*” (MARX, 1978, p. 188) (grifos meus). Marx realmente não recomenda a Comuna como estratégia revolucionária do proletariado? Novamente, não dá para sustentar a tese defendida por Corrêa.

²⁹ Para refutar o caráter “político-doutrinário” de *A Guerra Civil na França*, ele recorre aqui aos recursos retóricos, retomando o original em inglês, dizendo que: “‘was to serve’ definitivamente não tem o sentido colocado de “has”, “should” ou “must”” (CORRÊA, 2013, p. 223).

quer dizer, todo ser humano (parisiense, inglês, estadunidense, brasileiro etc.). O que a Comuna fez foi apresentar, numa experiência de dois meses, a demonstração prática de realização do comunismo, onde todos os seres humanos são convertidos em trabalhadores e o trabalho produtivo deixa de ser uma especialização de classe.

E no parágrafo seguinte, Marx arremata (este trecho Felipe Corrêa cita em seu texto, mas não lhe dá a importância devida):

A Comuna – exclamam – pretende abolir a propriedade, base de toda civilização! Sim, cavalheiros, a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que converte o trabalho de muitos na riqueza de uns poucos. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. *Mas isso é o comunismo, o “irrealizável” comunismo!* (MARX, s/d, p. 84) (grifos meus).

O que fez Marx aqui senão generalizar a Comuna como a forma de realização do comunismo, o autogoverno dos produtores, a sociedade sem classes ou como chamaríamos hoje em dia, a autogestão social? A tese de Corrêa é, portanto, insustentável. Em a *Ideologia Alemã*, Marx e Engels disseram que o comunismo não é um ideal a ser alcançado, mas sim o movimento real que abole o atual estado de coisas. Diferentemente dos socialistas utópicos, Marx e Engels estão afirmando que o movimento real, concreto, existente no seio da sociedade capitalista, protagonizado pela classe operária, é o comunismo. O que foi a Comuna de Paris senão a realização disto que eles disseram em 1846?

Em 1847/48, quando redigiram o *Manifesto Comunista*, colocaram que o proletariado, o sujeito histórico que abole o atual estado de coisas, deveria passar para suas mãos algumas funções do estado. O proletariado, enquanto classe, deveria se apropriar do aparelho de estado e fazê-lo funcionar de acordo com seus interesses. Após o evento da Comuna, este ponto de vista é rejeitado. O que Corrêa tenta com todo seu exercício retórico é demonstrar que tal mudança não ocorre no pensamento de Marx e para provar que ele tem razão, recorre a um artigo que Marx fez aprovar no Congresso de 1872 da AIT, segundo o qual Marx conclama ao proletariado “unificar-se em partido político” e “conquistar o poder político”. Assim, um ano após a Comuna, Marx retomaria sua velha tese estatista.

Corrêa agora não opera como vinha fazendo até então, ou seja, recortando uma parte aqui, outra ali e forçando a interpretação do texto não a partir do que Marx disse, mas sim a partir do que ele deveria ter dito a respeito da Comuna. Mais do que o que ele deveria ter dito, toda a crítica de Corrêa limita-se a questionar o verbo utilizado por Marx, como já demonstramos precedentemente. Agora, contudo, ele faz uma extensa citação deste artigo que Marx fez aprovar no Congresso de 1872 da AIT para concluir, a partir do isolamento de dois termos: “partido político” e “poder político”, que Marx voltou a defender sua tese estatista.

Em primeiro lugar o uso da palavra partido. Quando da redação de *A Guerra Civil na França* e do *Manifesto do Partido Comunista*, não existiam partidos políticos no sentido da palavra que nós utilizamos hoje, como organizações burocráticas que visam à conquista do poder de estado (VIANA, 2003). Assim, atribuir à palavra partido, tal como utilizada por Marx, o sentido contemporâneo do termo, ou seja, de organizações burocráticas que visam a conquista do poder de estado, é um erro analítico grave, pois não insere na historicidade concreta o desenvolvimento do uso das palavras. A própria palavra “anarquia” é um exemplo disto. Trata-se de um termo que era utilizado pejorativamente e que Proudhon ressignificou o sentido, dando-lhe um teor positivo e é o que os grupos e indivíduos anarquistas utilizam até hoje. A palavra partido, por exemplo, é utilizada por Mikhail Bakunin, um dos maiores representantes do anarquismo clássico. Estaria o velho anarquista defendendo a criação de uma organização burocrática, hierárquica, que visava conquistar o poder de estado? Obviamente que não. Se a palavra partido na pena de Bakunin não conduz à interpretação de que o anarquismo defende a conquista do estado via golpe de estado ou eleições por uma organização burocrática, por que quando vem da pena de Marx gera tamanha suspeita? Neste contexto histórico, o uso da palavra partido não tem absolutamente nada a ver com o sentido que emprestamos hoje a ela. Quando Marx fala do proletariado se unificar em partido político, está se referindo à necessidade da classe operária, enquanto classe, e não grupos que se elevam acima da classe, se unificar para se posicionar e se opor “a todos os partidos anteriores formados pelas classes possuidoras” (MARX *apud* CORRÊA, 2013, p. 224).

Vejamos agora o segundo termo: “poder político”. O que significa este conceito segundo a proposição de Marx? Ainda, considerando os *Esboços* que Marx fez à *A Guerra Civil na França*, ele afirma:

¿Que és la Comuna, esa esfinge que tanto atormenta a los espíritus burgueses?

*Em su más simples concepción, [ella és] la forma bajo la cual la clase obrera asume el Poder político en su fortaleza social, Paris y los otros centros industriales (...)*³⁰.

Pero el proletariado no puede, como las clases dominantes y sus diferentes fracciones rivales lo han hecho en sus sucesivos momentos de triunfo, tomar simplemente el aparato estatal existente y ponerlo a funcionar para sus propios fins. *La primera condición para el sostenimiento del Poder político es transformar esa maquinaria existente, destruir esse instrumento de dominación de clase* (MARX, 1978, p. 250/251) (grifos meus).

Fica evidente nesta citação que para Marx poder político e poder de estado não se confundem. A condição para a manutenção do poder político pelo proletariado é a destruição do poder de estado. O poder de estado, como demonstra Marx, é a instituição política utilizada para a dominação da classe expropriadora sobre a classe produtora. No caso francês, que é o que Marx está discutindo em seu texto, ainda segundo os *Esboços*:

El Imperio no es como sus predecesores, la monarquía legítima, la monarquía constitucional y la república parlamentaria, una de las formas políticas de la sociedad burguesa; él es al mismo tiempo su más prostituída, completa y última forma política. *Es el Poder estatal de la dominación de clase en la época moderna, al menos en el continente europeo* (MARX, 1978, p. 277) (grifos meus).

Assim, em suas mais variadas formas de regime político (monarquia legítima, monarquia constitucional, república parlamentar e império), o poder de estado é uma forma de dominação de classe (poder político da burguesia), utilizando o exército, a burocracia, a magistratura etc. para exercer tal dominação. Esta é a conclusão necessária de *A Guerra Civil na França* e de vários outros escritos de Marx a respeito desta temática. O poder político da classe operária (a Comuna) é o oposto disto. É, segundo expressão de Marx, a “antítese do Império”. A conquista do poder político pela classe operária, Felipe Corrêa, não é a tomada do poder de estado, é a constituição da classe operária em

³⁰ Cita o *Manifesto do Comitê central* de 18 de março, já citado anteriormente.

organismo político de classe autodeterminada, que defende seus interesses de classe. É, em uma palavra, a Comuna em estado puro³¹.

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels afirmam: “O objetivo dos comunistas é o mesmo de todos os demais partidos proletários: *formação do proletariado em classe, derrubada da dominação burguesa, conquista do poder político pelo proletariado*” (MARX & ENGELS, 2002, p. 47) (grifos meus).

Mas o que Marx e Engels estão definindo como poder político?

O proletariado utilizará seu *poder político* para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do *proletariado organizado como classe dominante*, e para aumentar o mais rapidamente possível, o contingente das forças de produção (MARX & ENGELS, 2002, p. 59).

Poder político, portanto, para Marx é o processo de repressão que uma classe exerce sobre outra. Isto fica claro quando Marx e Engels afirmam, ainda no *Manifesto Comunista*:

Quando, no curso do desenvolvimento, desaparecerem as distinções de classe e toda a produção concentrar-se nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. *O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra*. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, é forçado pelas circunstâncias a organizar-se como classe, se se torna, mediante uma *revolução, a classe dominante* e, como tal, destrói violentamente as antigas relações de produção, então destrói também, juntamente com essas relações, as condições de existência dos antagonismos de classe, destrói as classes em geral, e, com isso, extingue sua própria dominação de classe (MARX & ENGELS, 1987, p. 126) (grifos meus).

Poder político é, portanto, o processo de dominação de uma classe sobre outra. Marx, no *Manifesto*, considerava que tal opressão seria exercida pelo proletariado via centralização do poder de estado nas mãos da classe operária. Veja-se que está a afirmar que é a classe operária e não um grupo dentro ou acima da classe. O *Manifesto* foi escrito em fins de 1847. As revoluções de 1848 ainda não tinham varrido o continente europeu. Nenhuma grande tentativa de revolução operária havia ainda ocorrido. Marx e Engels tinham à sua disposição a luta do proletariado durante o século XVIII e primeira metade

³¹ Para uma reflexão mais aprofundada sobre o uso por Marx da expressão “poder político” e “partido político” confira o rigoroso estudo que Viana (2012) faz da obra de Marx, tendo como fio condutor a análise que este faz das classes sociais, da luta de classes e da revolução proletária.

do século XIX: greves, motins, manifestações, rebeliões, associações, movimentos organizados (ludistas, cartistas etc.) etc. Nenhuma revolução, contudo. Ao identificar no proletariado o sujeito revolucionário, defendem Marx e Engels que é este sujeito que mudará toda a sociedade. Fará isto mediante uma opressão sobre a classe burguesa. Esta opressão de classe ocorrerá, durante o processo revolucionário, a partir da apropriação pela classe operária da instituição estatal. Quando o proletariado conquistasse, pela via revolucionária, tal poder, constituir-se-ia em poder político e sua dominação de classe implicaria na eliminação de todas as classes, portanto, na realização do comunismo.

Quando Marx no *18 de Brumário, Miséria da Filosofia, Manifesto Comunista* etc. afirma que o estado é o poder político da classe burguesa é exatamente este o sentido da afirmação, ou seja, a instituição estatal serve a uma opressão de classe. É por meio dela que a classe capitalista consegue, politicamente, manter sua dominação “econômica do trabalho”. É o poder político da burguesia. Num processo revolucionário, quando a classe operária se unifica em classe com interesses próprios, a instituição estatal, convertida em poder político da classe operária, seria o instrumento adequado para que sua opressão de classe funcionasse e ela conseguisse com isto eliminar todas as classes.

A experiência da Comuna de Paris demonstrou que a opressão de classe que o proletariado deve exercer para efetivar o processo revolucionário não se dará mediante a conquista do poder estatal. *A Comuna demonstrou-se como sendo a forma de dominação de classe do proletariado, ou seja, seu poder político.* Assim, a interpretação de Corrêa ao identificar automaticamente poder político e estado na obra de Marx é um equívoco sem igual. Em primeiro lugar, deforma o conceito, pois poder político não é equivalente a estado. Em segundo lugar, a forma de realização do poder político da classe operária no *Manifesto Comunista* é radicalmente diferente de sua efetivação em *A Guerra Civil na França*.

Novamente, demonstra-se insustentável mais esta tese de Felipe Corrêa. O uso por Marx das palavras “partido político” e “poder político” não lhe dão a pecha de “estatista” de forma tão automática como quer presumir nosso intrépido anarquista.

Últimas palavras

Como ficou provado, o texto de Felipe Corrêa é uma impropriedade do começo ao fim. O argumento retórico por ele utilizado para provar que em *A Guerra Civil na França* Marx não defende o que escreveu é uma impostura. Os argumentos básicos dele são: 1) existe a prática da Comuna de Paris e existe o pensamento de Marx, sendo que a prática da Comuna não expressa o pensamento deste; 2) Marx é, portanto, em *A Guerra Civil na França*, um mero historiador do evento histórico da Comuna; 3) as palavras que Marx utiliza para analisar a Comuna não permitem ao nosso anarquista concluir que exista ali uma teoria da revolução proletária, pois efetivamente Marx não recomenda a Comuna como estratégia revolucionária do proletariado.

Como demonstramos, todos estes argumentos são falsos.

Por último, para concluir, gostaria de trazer a lume, a própria opinião de Marx sobre o evento da Comuna e sobre seu livro *A Guerra Civil na França*, que Corrêa cita, mas desconsidera. Sua desconsideração aos textos posteriores de Marx significa que Corrêa está a dizer: eu sei que Marx disse isto no *Prefácio do Manifesto*. Eu sei que ele disse isto na carta a Kugelmann. Contudo, não importa o que ele disse, mas sim a análise que eu fiz do texto dele.

No *Prefácio* de 1872, que já comentamos precedentemente, Marx e Engels afirmam:

Levando-se em conta o imenso progresso realizado pela grande indústria nos últimos vinte e cinco anos e, com ele, o progresso da organização partidária da classe operária, levando-se em conta a experiência prática da Revolução de Fevereiro em primeiro lugar, e mais ainda da Comuna de Paris – na qual, pela primeira vez, o proletariado deteve em mãos durante dois meses o poder político -, este programa está hoje ultrapassado sob certos aspectos (MARX & ENGELS, 2002, p. 13) (grifos meus).

O próprio Marx está afirmando que as teses do *Manifesto* estão ultrapassadas. Não há por que Felipe Corrêa, com base naqueles argumentos que ele utilizou (completamente formais e prescritivos), dizer que Marx não mudou de opinião. Coisa estranha se passa: Felipe Corrêa entende mais de Marx do que o próprio Marx. Outro ponto importante desta citação: aparece aqui novamente a identificação da Comuna

como a classe operária detendo o “poder político”, provando mais uma vez que o argumento de Corrêa é falho, totalmente falso, além de ser bastante tendencioso.

Numa carta de Marx a Kugelmann datada de 12 de abril de 1871, portanto, antes da escrita de *A Guerra Civil na França*, no auge da Comuna de Paris, Marx afirma:

Se você olhar o último capítulo de meu *Dezoito de Brumário* verá que digo que a próxima tentativa da revolução francesa não será mais, como antes, de transferir a máquina burocrática militar de uma mão para outra, e sim de *esmagá-la, e isto é essencial para qualquer revolução popular no Continente* (MARX, 1986, P. 291) (grifos meus).

Dois elementos importantes a destacar: 1) a revolução não se dará mediante a transferência do poder estatal de uma para outra mão, mas sim consistirá no seu esmagamento. Não seria isto um elemento “político-doutrinário”, para utilizar a expressão tão pouco apropriada de Corrêa?; 2) esta é uma condição essencial não só para a França, mas para “qualquer revolução popular no Continente”. Não seria isto uma “prescrição” (para utilizar novamente expressão inapropriada de Corrêa) para outros lugares para além de Paris?

Sendo Felipe Corrêa anarquista, imagina-se que partilhe da perspectiva de classe do proletariado, ou seja, almeja, luta pela revolução, a transformação radical da sociedade. Deste modo, o que o impediu efetivamente de interpretar corretamente o texto de Marx não é outra coisa se não seu dogma anarquista de que Marx em particular e o marxismo em geral são centralistas, autoritários e estatistas em essência. Ele tentou demonstrar esta essência nefasta do “marxismo”. Como se viu, isto não passa de uma caricatura. Corrêa, portanto, contentou-se em criticar esta caricatura, resultado de um dogma (e não existe nada mais anti-anarquista do que um dogma) que a maioria dos anarquistas – não todos – teima em não querer superar.

REFERÊNCIAS

COELHO, P. A. (org.). **Os anarquistas julgam Marx**. Brasília: Novos Tempos Editora, 1986.

CORRÊA, F. **Ideologia e estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular**. São Paulo: Fafsa, 2011.

_____. A guerra civil na França: Marx antiestatista?. **Revista Gestão & Políticas Públicas**. vol. 3. n. 2, 2013. Disponível em: <http://each.uspnet.usp.br/rgpp/index.php/rgpp/article/view/81>, acesso em 25/09/2015.

- LISSAGARAY, P. O. **História da Comuna de 1871**. São Paulo; Ensaio, 1991.
- LUKÁKCS, G. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MAIA, L. **A Produção da Ideologia e a Questão dos Valores**. Revista Espaço Livre. Num. 14, vol. 7, Jul/Dez. 2012.
- _____. **Comunismo de conselhos e autogestão social**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2010.
- MARX, K. **The civil war France**. Disponível em:
<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1871/civil-war-france/ch05.htm>. acesso em 26/09/2015.
- _____. **La guerra civil en Francia**. Pekin: Ediciones en lenguas extranjeras, 1978.
- _____. **A guerra civil na França**. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.
- _____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. & ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- _____. _____. **Cartas filosóficas & O manifesto comunista de 1848**. São Paulo: Moraes, 1987.
- VIANA, N. **A teoria das classes sociais em Karl Marx**. Florianópolis: Bookess, 2012.
- _____. **O que são partidos políticos**. Goiânia: Edições Germinal, 2003.